

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

O ASSUNTO Código Florestal e sua revisão é tão importante que **Agroanalysis** resolveu abrir uma exceção em seu modelo editorial e trazer dentro da mesma matéria as opiniões de diferentes autoridades técnicas e políticas sobre o assunto, mesmo que tenham sido publicadas em outros órgãos de imprensa. Desta forma, apresentamos as opiniões do:

- Ex-ministro de Agricultura Roberto Rodrigues;
- Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e colunista de **Agroanalysis** João Sampaio;
- Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano, reprodução de trechos do artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 16 de junho último;
- Ex-secretário da Agricultura do Estado de São Paulo Walter Lazzarini.

Reproduzimos, também, trechos de dois artigos veiculados em junho na revista *The Economist*, uma das mais importantes formadoras de opinião do mundo, e, finalmente, um artigo de nossa equipe contendo explicações técnicas sobre a lei.

Nosso objetivo é informar ao leitor os diversos aspectos técnicos que devem ser observados. Como muito bem diz o dr. Roberto Rodrigues, presidente do nosso Conselho Editorial: “A hora é de quebrar a radicalização entre ambientalistas e agricultores, pois o mundo inteiro está de olho na solução que será adotada e que deve equilibrar a sustentabilidade da Amazônia e os direitos justos dos agricultores. Sem radicalismos este equilíbrio será atingido”.

UM NOVO CÓDIGO FLORESTAL

ROBERTO RODRIGUES*

Desentendimentos entre os ministros da Agricultura e do Meio Ambiente sempre aconteceram, e o mais recente não será o último.

Desta vez, o ministro da Agricultura apresenta uma posição consistente, quando, na discussão em torno da revisão do Código Florestal, propõe que as porcentagens de áreas preservadas sejam estabelecidas tecnicamente. Em outras palavras, ele pede um zoneamento econômico-ecológico que defina quanto deve ser preservado de biomas nativos em cada região, em função da sua vocação natural e das variáveis socioeconômicas. Contesta, assim, com sólido fundamento técnico, a numerologia de 80% de preservação da Amazônia e 20% no Sul do País, entre outros limites. Por que não 90% ou 70% lá e 15% ou 30% aqui? Uma definição técnica não só eliminaria números aleatórios, como estabeleceria um rumo para o crédito rural, com seguro de renda a ser destinado a cada cultura de acordo com sua adequada localização.

Trata-se de uma proposta que daria ao País melhor condição de defesa diante de acusações vindas de fora quanto ao desmatamento. Vale lembrar que muitas delas se devem a interesses comerciais ameaçados pelo extraordinário potencial de crescimento do nosso agronegócio.

O agricultor é o maior interessado na preservação dos recursos naturais pois, se ele não conservar o seu solo, se não combater a erosão, se não adubar corretamente, se não cuidar da cobertura vegetal ciliar, ele acabará perdendo seu próprio

patrimônio, seu meio de vida, a herança que deixará aos filhos e netos. Portanto, o produtor rural é naturalmente um preservacionista. Acontece que nem todos agiram assim sempre. Desinformados ou movidos pela ganância, muitos erraram e acabaram avançando mais do que deveriam sobre florestas nativas, em várias partes do País. Aliás, nem havia, ainda, legislação cuidando do tema.

Houve então uma radicalização desnecessária: alguns ambientalistas generalizaram a questão, como se todo agricultor fosse destruidor dos recursos naturais, e criaram uma normativa exageradamente protecionista, o que é compreensível. Mas, isso fez com que os agricultores, por sua vez, achem que todos os ambientalistas são inibidores do progresso e do desenvolvimento.

Radicalismos à parte (e que nunca trazem paz), ambientalistas e produtores rurais no fundo defendem a mesma coisa, a produção sustentável, até porque esta é hoje uma condição essencial para a competitividade.

Sendo assim, deveriam buscar, com inteligência e bom senso, um caminho comum. E a oportunidade surge na discussão do Código Florestal. Não são muitas as divergências profundas, e se dois temas forem acertados, o resto será fácil.

O primeiro é a inclusão da área de preservação permanente como parte da reserva legal, qualquer que seja o tamanho desta, definido tecnicamente. E o segundo é a compensação da reserva legal em outra região. Isso pode ser tratado na proposta de zoneamento do ministro Stephanes.

Aliás, na proposta estão sete premissas básicas:

1. Desmatamento zero no Bioma Amazônia;
2. Monitoramento georreferenciado;

3. Simplificação da legislação e prazos adequados para a defesa;
4. Consideração de direitos adquiridos e compensação;
5. Decisões com base tecnocientífica;
6. Governança adequada na aplicação de multas;
7. Equiparação de relevância entre produzir e preservar.

E considera mais alguns itens críticos:

1. Autorização de recomposição da reserva legal (RL) com uma parcela de espécies arbóreas com valor econômico (até 50% de espécies econômicas) consorciadas com espécies nativas, bem como a recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) com o uso da agricultura conservacionista.
2. Permissão da recomposição ou servidão florestal, desde que em um mesmo bioma ou pagamento em dinheiro passivo ambiental, caso não seja possível a compensação da reserva legal na bacia hidrográfica e/ou no mesmo estado. O pagamento poderia ser realizado conforme projeto técnico, considerando à necessidade de recuperação da mesma área do estado de origem.
3. Permissão de continuidade das atividades agropecuárias em APPs consolidadas (várzeas, encostas, topos de morro), utilizando técnicas agrícolas conservacionistas.
4. Aumento do prazo previsto para a compensação da RL fazendo com que a contagem do prazo se inicie quando da publicação da lei ora proposta.
5. Manutenção dos direitos adquiridos, fazendo com que os produtores que buscam regularizar seu passivo ambiental tanto de reserva legal como de APPs não possam sofrer punições por infrações que não estavam anteriormente contempladas em legislações.
6. Explicitação do direito adquirido na legislação para garantir aos produtores segurança jurídica em face das novas legislações.
7. Atribuição do regime de uso das APPs aos Consemas e/ou as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, com base na orientação dos ZEEs nos estados.
8. Fortalecimento, em lei, do zoneamento ecológico econômico (ZEE), no âmbito do governo, indicando a responsabilidade dos estados na definição dos parâmetros desta lei.
9. Vinculação, em lei, da necessidade de projeto técnico elaborado por profissional habilitado (uso de ART) na recuperação de passivos ambientais e que sejam apoiados em trabalhos técnico-científicos quando da sua elaboração.

Eis aí um bom conjunto de idéias para discussão. Mas sem brigas, nem radicalismo. Devemos todos buscar o entendimento.

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal.

DESPERSONALIZAR A DISCUSSÃO

JOÃO SAMPAIO *

“Precisamos discutir o Código Florestal com racionalidade e de forma impessoal. É importante despersonalizar a discussão. Há pelo menos cinco pontos sobre o Código Florestal que precisam ser debatidos e resolvidos imediatamente. Não vamos conseguir resolver tudo de uma vez, principalmente em um ano eleitoral.

A produção consolidada, que envolve as regiões agrícolas mais tradicionais, precisa ser respeitada. Você não pode chegar para o fazendeiro e pedir simplesmente que reduza a sua área de produção. Faz 80 anos que se planta arroz em várzea no Rio Grande do Sul ou uva e café em topo de morro. Para a Amazônia, desmatamento zero. Mas é preciso distinguir bem o que é o Bioma Amazônia e o que é a Amazônia Legal. A agricultura brasileira não precisa desmatar para crescer, há outras formas de aumentar as áreas de lavouras, como a recuperação das pastagens degradadas.

Precisamos incluir as APPs (áreas de proteção ambiental), com as matas ciliares, na conta da reserva legal. As APPs e as reservas legais devem ser unificadas. Além disso, é preciso autorizar os agricultores a fazer compensações ambientais fora de suas bacias hidrográficas de origem e até mesmo fora do estado.”

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

HÁ MAIS ANTAGONISMO EM BRASÍLIA

WALTER LAZZARINI *

“Nesta discussão há mais antagonismo no Congresso Nacional e no governo do que na própria sociedade. Este assunto está sendo encaminhado de forma inadequada, impedindo uma discussão técnica e serena sobre o que é melhor para o País e para o ambiente.

O Código Florestal foi implantado há quase 45 anos, numa época em que as fazendas não ocupavam a maior parte de suas terras com lavouras e mantinham as matas e as florestas. Mas, com o tempo, o percentual de reserva legal exigido foi preservado só no papel, não no campo.

Os agricultores passaram a ocupar as áreas de reserva com lavouras, e os ambientalistas, por sua vez, estavam satisfeitos com a legislação em vigor. Com o crescimento dos movimentos ecológicos em todo o mundo, a questão da reserva legal ganhou

maior atenção da sociedade. Quanto mais se radicaliza, mais se ganha espaço na mídia e atenção do eleitorado. As lideranças rurais são mais radicais e têm forte presença no Congresso Nacional, enquanto os ambientalistas geralmente conseguem maior atenção da mídia.

A questão não é reduzir o percentual de reserva legal exigido pela lei. Isso pode provocar uma reação dos ambientalistas e fazer com que o Ministério Público passe a cobrar os 20% que já eram estabelecidos. De outro lado, o percentual de área de reserva legal averbada no estado de São Paulo é muito pequeno. Também é preciso considerar que as reservas legais que existem hoje nas fazendas não formam um corredor ecológico e, portanto, não são tão relevantes para a biodiversidade. Em vez de exigir do produtor a recomposição da reserva legal, é melhor fazê-lo recuperar as áreas de preservação permanente (APPs) como as matas ciliares. As APPs deveriam ser consideradas para efeito da contagem da reserva legal.

No que diz respeito à chamada produção consolidada, ela pode ser respeitada desde que não esteja provocando danos ambientais. Mas deveria se exigir dos fazendeiros uma compensação ambiental. Não podemos simplesmente esquecer o assunto, mesmo porque estaríamos beneficiando os infratores. Não é uma compensação ambiental onerosa. Sou ambientalista, e também sou engenheiro agrônomo e agricultor. E sei que todos ganham com a recuperação das APPs. Ganha a natureza e o próprio agricultor, que vai proteger os rios e as suas terras da erosão.

É natural que os agricultores queiram expandir as suas áreas de cultivo, mas de nada adianta aumentar a produção e não conseguir um preço justo pelo seu produto. O grande problema da agricultura é o protecionismo dos países desenvolvidos. Não se paga hoje um preço justo pelo alimento.”

*Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Fiesp.

ÓDIO AMBIENTAL

TRECHOS EXTRAÍDOS DO ARTIGO DE XICO GRAZIANO, PUBLICADO EM O ESTADO DE S. PAULO DE 16 DE JUNHO DE 2009.

(...) Mas os agricultores brasileiros voltaram à berlinda. Aca-bam de receber do ministro Carlos Minc um feio xingamento: o de vigaristas. A polêmica esquentou o frio da estação. Nova-mente o ambientalismo trombou com o ruralismo.

(...) O embaraço criado pelo ministro do Meio Ambiente brota das divergências quanto ao Código Florestal. (...) Ele deve ter lá seus motivos. Mas, generalizando, agrediu a roça inteira.

(...) Existem lideranças do campo, é verdade, que não gos-tam da legislação ambiental, colocando os interesses da produ-ção acima da conservação da natureza. Os tradicionalistas ainda raciocinam como naquela época dos desbravadores, quando as florestas eram derrubadas impiedosamente para abrir espaço ao progresso material da sociedade. Tempos de outrora.

(...) Essa lógica do crescimento econômico imperou até meados do século passado. Desde então, crescentemente, surgiram in-teresses urbanos ligados à preservação ambiental. A nascente ten-dência influenciou a lei florestal aprovada em 1965. Há 44 anos.

(...) O Código Florestal, conforme ficou conhecido, obrigou as propriedades rurais a manterem uma “reserva legal” de 20% de sua área, onde se impede o corte da vegetação nativa. Somente o uso não predatório pode ocorrer na reserva legal, como, por exemplo, a exploração de mel de abelhas ou de lenha seca. Na Amazônia, tal reserva subia para 50%. Mais ainda: a lei também definiu que as beiradas de córregos e rios, as nascentes d’água, as terras muito inclinadas e os topos de morros se tornassem áreas de preservação permanente. Nessas ninguém poderia bulir.

(...) Até que, em 1995, o presidente Fernando Henrique Car-doso elevou, por medida provisória, a reserva legal na Amazônia de 50% para 80%, aumentando a proteção da floresta tropical.

(...) O susto provocado pela ousadia oficial fez todos acor-darem. E divergirem. O xis da questão reside no seguinte ponto: quem derrubou a mata virgem antes de valer a nova restrição como fica? Suponha que um cidadão tenha comprado uma ter-ra no Pará e desmatado metade dela, de acordo com a regra an-terior. Fica agora irregular?

(...) Hoje, noutro contexto, os produtores rurais estão sendo compelidos, nas palavras dos ferrenhos ambientalistas, a resgar-tar seu “passivo ambiental”. Mas como? Recuperando as áreas que, inadvertidamente, surrupiaram no passado. Se não o fize-rem na sua propriedade, que adquiram, em compensação, outra área ainda florestada. Para mantê-la virgem.

(...) Óbvio surge a dificuldade: quem paga a conta desse acerto com o passado? Até hoje ninguém respondeu a contento a essa pergunta.

(...) Como na matemática, porém, todo problema apresenta uma solução. Sim, existe sobre a mesa um acordo viável entre ruralistas e ambientalistas.

(...) O trato poderia ser o seguinte: ninguém derruba mais nenhuma mata, em nenhum lugar, exceto quando necessário e autorizado. Em troca, podem permanecer produzindo nas áre-as anteriores, salvo onde existe risco ambiental. Desmatamen-to zero, produção consolidada. Ganham os dois lados. Perdem apenas os radicais e os reacionários.

(...) Há espaço para uma boa negociação, atualizando a le-gislação ambiental no rumo da agricultura sustentável. Mas a radicalização do processo político azedou o caldo da discussão.

*Agrônomo e Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
E-mail: xico@xicograziano.com.br.

ENTENDENDO A “REDUÇÃO DE EMISSÕES PARA O DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO” NA AMAZÔNIA

TRADUÇÃO LIVRE DE TRECHOS EXTRAÍDOS DO ARTIGO PUBLICADO NO *THE ECONOMIST* DE 11 DE JUNHO DE 2009.

(...) Isto porque é difícil alinhar os interesses das pessoas que vivem nas florestas (atualmente, há 20 milhões de pessoas na Amazônia brasileira), com os do resto da humanidade.

A melhor maneira de conter o desmatamento envolve uma mistura de duas ideias: definir claramente os direitos de propriedade sobre a terra e remunerar os proprietários pelo não desmatamento. Se algum lugar precisa dessas políticas, este lugar é o Brasil, que tem 60% da maior floresta tropical do mundo. O Brasil tem fortes motivos para a preservação da Amazônia. O desmatamento traz terríveis danos à reputação de um país que é pioneiro no campo da energia renovável. Também põe em risco o regime de chuvas brasileiro, que depende da manutenção da Floresta Amazônica e que permite ao País ser um dos maiores exportadores agrícolas do mundo.

O Brasil já conta com um sofisticado sistema de monitoramento de desmatamento via satélites e aviões. Cerca de 40% da Amazônia já foram demarcados como parques nacionais ou reservas indígenas. A área restante está sob um conjunto de leis que restringem o desmatamento. No entanto, o problema é fazer com que as leis sejam cumpridas nessa vasta área onde muitos de seus habitantes não concordam com essas regras. O primeiro passo é o adequado registro das terras para confirmar quem possui o quê. Entre 15 e 25% da Amazônia são propriedades privadas, onde legalmente devem ser mantidos 80% da mata original (embora, muitas vezes, não seja). A maior parte da área restante é constituída por terras públicas (federais), mas, na prática, são espaços sem lei, onde há falsos títulos de propriedade, homicídios e aceleração do desmatamento por causa da competição por terras. Alguns agricultores ainda derrubam árvores como forma de legalizar suas terras e as multas da agência ambiental brasileira são utilizadas como documentos que comprovam sua propriedade.

Uma lei aprovada este mês pelo Congresso brasileiro ambiciona acabar com a confusão, mas isso tem preço. Serão concedidos títulos a todas as propriedades de até 1.500 hectares ocupadas antes de 2005 na Amazônia, um conjunto de terras do tamanho da França; e novos pedidos de legalização de terra serão proibidos. A lei promove algumas injustiças, pois corre-se o risco de premiar pessoas que fizeram uso de violência para obter suas terras, incluindo grandes latifundiários que ocupam

quase 90% da área em discussão. Ambientalistas brasileiros querem limitar a legalização apenas para pequenas propriedades e proibir a sua venda por dez anos.

Esses riscos podem obstruir a proposta. Melhor para o governo é complementar a tentativa de pôr fim às disputas privadas pela posse da terra com uma decisão sobre transformar o resto da Amazônia em terras públicas, sob o formato de parques ou reservas. (...)

No momento, economicamente, faz sentido cortar árvores, pois para quem pode fazê-lo, é possível vender a madeira e transformar a terra em fazendas ou produções agrícolas. Portanto, a segunda ideia para salvar as florestas consiste na mudança de incentivos econômicos, ao pagar aos proprietários para não cortar as árvores, uma ideia conhecida no jargão diplomático sobre mudanças climáticas como “redução de emissões por desmatamento e degradação” (REDD). Uma vez que muitos países ricos arrasaram suas florestas conforme se desenvolviam, parece justo que eles paguem uma parte dos custos dessa preservação.

(...) O regime REDD exigirá um acompanhamento atento para garantir que as florestas sejam realmente preservadas e para que créditos de carbono de uma área sejam comercializados apenas uma vez. (...)

Mesmo assim, vale a pena tentar, simplesmente porque evitar o desmatamento é uma eficiente estratégia para reduzir as emissões de carbono. Portanto, o REDD merece um espaço no novo tratado mundial sobre mudanças climáticas a ser negociado em Copenhague, em Dezembro, para substituir o Tratado de Kyoto, que expira em 2012. Tal como acontece com outras formas de crédito de carbono, hoje, regimes REDD voluntários e experimentais terão de ser substituídos por outros mais confiáveis e rigorosamente monitorados. No entanto, tais regimes REDD terão oportunidade de funcionar somente se os países que o utilizarão definirem claramente os direitos de propriedade sobre suas florestas. Mesmo a imperfeita tentativa brasileira de fazer isso é um passo em frente.

O FUTURO DA FLORESTA

TRADUÇÃO LIVRE DE TRECHOS EXTRAÍDOS DO ARTIGO PUBLICADO NO *THE ECONOMIST* DE 11 DE JUNHO DE 2009.

(...) A nova lei vai mudar a posição do Estado brasileiro sobre o tema, julgando entre reivindicações concorrentes por terra, entregando pequenas parcelas de terra para os seus aparentes proprietários e reivindicando as porções de terra de extensão mais expressivas (superiores a 1.500 hectares ou 3.700 acres)

para o Estado. Isso, sem dúvida, acobertará antigas injustiças. “É muito difícil saber quem matou alguém há 20 anos para obter um pedaço de terra ou que só chegou recentemente”, diz Denis Minev, o secretário de Planejamento do Amazonas (que conta com recordes em desmatamento). Mesmo assim, a longo prazo, a medida pode se revelar útil. “Regularização das propriedades fundiárias é de fundamental importância para con-

tamento. A Alemanha também contribuiu para o fundo. Turid Rodrigues Eusébio, embaixador da Noruega em Brasília, diz que muitos outros países estão acompanhando a Noruega para ver como sua iniciativa se desenvolverá, e também participarão se a ideia for um sucesso.

O Amazonas esperar conseguir outra fonte de recursos, sob a forma de pagamentos para não cortar árvores, a partir da ini-

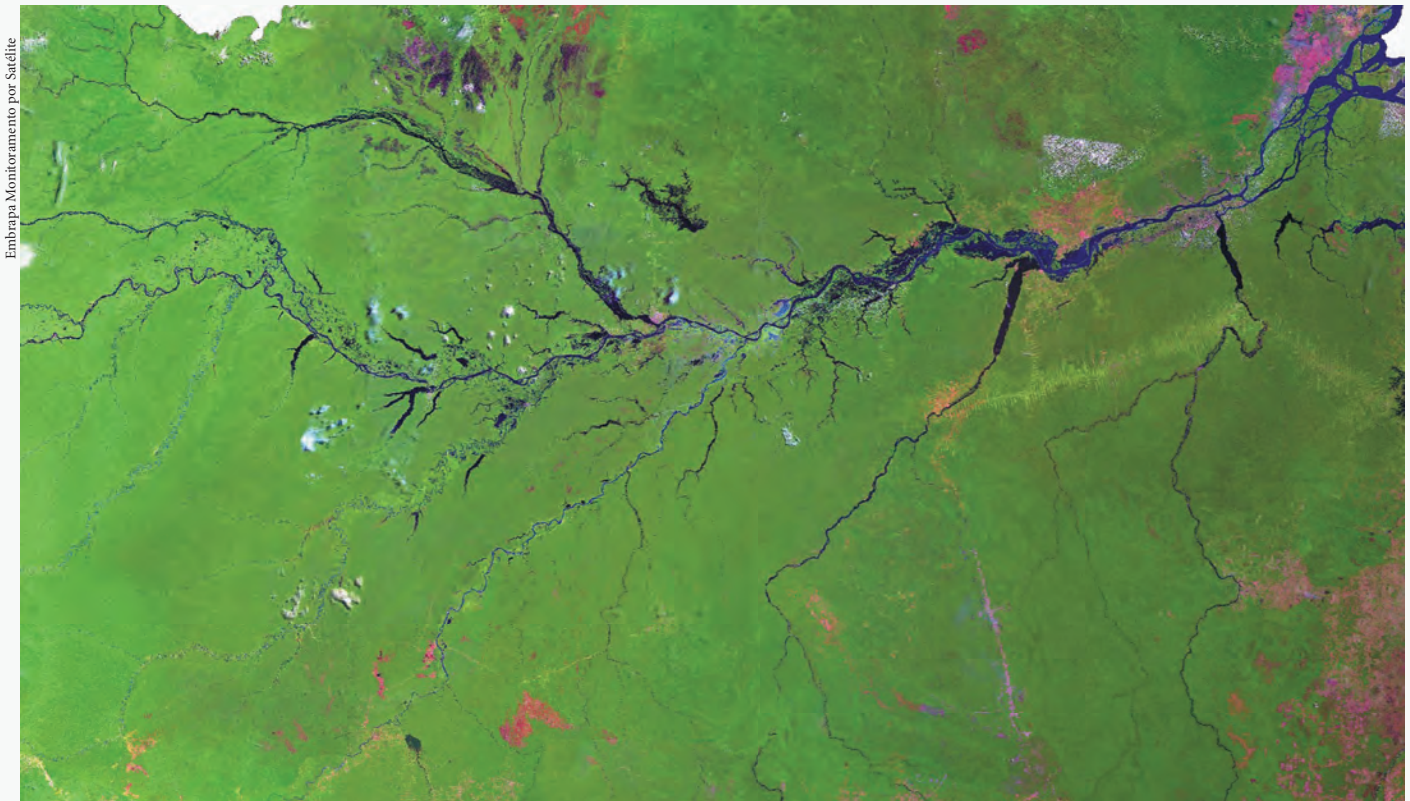


Imagem Monitoramento por Satélite

ter o desmatamento”, afirma Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente brasileiro.

(...) Também estão em curso esforços para a comercializar produtos da floresta, como, por exemplo, óleos de peixes do Rio Amazonas utilizados em cosméticos. A organização Amigos da Terra, em um estudo sobre esses empreendimentos, afirma que os produtos podem ser rentáveis desde que produzidos em grupo e transformados em acabados. “Estou convencido de que, em 20 anos, teremos uma economia florestal viável”, diz Smeraldi.

A aceleração do processo é um dos motivos por trás da doação de US\$ 1 bilhão para a Amazônia anunciada em setembro pelo governo da Noruega. Com esse dinheiro e com futuras doações, o governo brasileiro criou um fundo para a Amazônia. A Noruega não tem nada a dizer sobre como o dinheiro será utilizado, mas afirma que a liberação dos recursos para o fundo brasileiro está ligada ao sucesso do Brasil na redução do desma-

ciativa da ONU conhecida como REDD, que será discutida em Copenhague, em dezembro. Pagamentos desse tipo já estão sendo feitos no Amazonas: US\$ 8,1 milhões de empresas privadas, como os Hotéis Marriott e o Bradesco, um grande banco, estão sendo entregues pelo governo estadual para 6.000 famílias, em troca da não derrubada de mais árvores. O desafio é expandir os regimes para as árvores nas margens das propriedades, que estão em maior risco.

(...) Nesta visão da Amazônia, a floresta será preservada como um grande parque nacional, com poucas indústrias que gerarão renda para os seus habitantes. A agricultura, que será mais produtiva do que é hoje, fará uso de terras abandonadas e elevará os rendimentos para satisfazer a demanda interna e externa, sem prejudicar ainda mais a selva. Este objetivo é plausível, assim como recomendável, mas vai demorar décadas para ser alcançado. Entretanto, durante esse período, a floresta continuará a encolher. A luta hoje é sobre o quão rápido isto acontecerá.

PROPOSTA DO CÓDIGO AMBIENTAL BRASILEIRO

A FRENTE Parlamentar da Agropecuária (FPA), composta por 208 deputados federais e 35 senadores, depois de quase uma década, desgavetou e encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de criação do Código Ambiental Brasileiro, em substituição ao atual e complexo Código Florestal, aprovado pela Lei nº 4.771 de 1965, que já teve vários itens alterados e sofreu mudanças em cinco momentos nos últimos trinta anos: em 1978, 1986, 1989, 2001 e 2006.

O objetivo é substituir 130 projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado, além de consolidar aproximadamente 16 mil normas ambientais vigentes.

O presidente da frente, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), destaca que a proposta foi elaborada após meses de discussão entre deputados, senadores e entidades de apoio ao setor produtivo. Segundo ele, um dos objetivos da proposta é conciliar a preservação ambiental e a produção agrícola. Para tanto, está prevista a descentralização da legislação ambiental entre a União, os estados e o Distrito Federal.

Ampliar o alcance do Código Florestal

- **Mudança de conceito;**
- **Descentralização das atribuições;**
- **Criação de um fundo de compensações;**
- **Extinção das penas de prisão para crimes ambientais;**
- **Garantia das áreas de produção rural já consolidadas;**
- **Inclusão de questões urbanas;**
- **Ampliação dos problemas restritos aos produtores para empresários de todos os setores da economia.**

No âmbito das atribuições legais, o texto transforma o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Ibama) em instância “consultiva e propositiva” de normas para um novo Conselho Superior a ser composto por ministros de Estado. A composição de seus 180 membros passaria a ser paritária entre setores da sociedade envolvidos com a questão.

A nova legislação muda de forma radical a sua linha de raciocínio. As unidades da Federação deverão agora traçar as suas linhas específicas a partir das regras gerais emanadas pela União. A base será a elaboração de zoneamentos econômico-ecológicos (ZEE), que sirvam para a realização do planejamento técnico e científico da ocupação territorial rural e urbana do território nacional.

A unidade de conservação da biodiversidade não mais seria a propriedade rural, mas, sim, a bacia hidrográfica. Assim, as exigências passariam a recair sobre o conjunto de cada estado.

Um novo conceito aparece: a área de reserva ambiental (RA), para substituir as chamadas áreas de reserva legal e de preservação permanente. A sua aplicação seria em áreas sensíveis, de acordo com a topografia, textura e profundidade do solo nas margens de rios. A conservação dos corredores de água ajudará a preservar a fauna e a flora e garantirá a produção. Quanto à compensação da reserva legal em outras áreas, a intenção é estimular produtores a recuperar vegetações nativas em outras bacias hidrográficas onde é possível fazê-la.

O projeto preserva as denominadas áreas consolidadas, com objetivo de preservar regiões produtoras de fruticultura, cafeicultura e rizicultura. Apesar de não exigir a demolição das instalações próximas de um curso d'água, será proibido o lançamento de esgoto. O recado cabe mais à população urbana.

O texto trata também da criação de compensações financeiras por serviços ambientais prestados pelos produtores rurais. Para tanto, está previsto a constituição de um fundo ambiental suprido com recursos oriundos de contribuições obrigatórias de União, estados e empreendedores, mais as fontes relacionadas a projetos de créditos de carbônicos e de concessionários de serviços públicos.

Outro assunto polêmico diz respeito à punição por crimes ambientais. As multas seriam proporcionais aos valores patrimoniais. Uma política que leva ao incentivo o desenvolvimento das compensações ambientais, por meio de mecanismos financeiros pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis.

Enfim, a nova legislação traz para a sociedade um novo enfoque, além daquelas preocupações tradicionais ligadas à escala de produção e aos preços competitivos, com a incorporação das questões ambientais, bem como a ideia de que o progresso e o desenvolvimento estão relacionados à preservação das condições ambientais, essenciais à manutenção da vida.

Atualmente, para obter resultados favoráveis, os empreendimentos devem levar em conta também o fator ambiental. E isso implica a obediência às leis ambientais federais, estaduais e municipais. Como carrega conceitos e diretrizes rumo ao desenvolvimento sustentável, o novo projeto de lei terá de garantir a sobrevivência e a sadia qualidade de vida a todos.